

HABEAS CORPUS Nº 570.399 - RS (2020/0079087-8)

RELATOR : **MINISTRO NEFI CORDEIRO**
IMPETRANTE : ANDRE VON BERG
ADVOGADO : ANDRÉ VON BERG - RS044063
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PACIENTE : ADILSON RODRIGUES (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* impetrado em face de decisão, assim relatada (fls. 386):

Vistos.

Trata-se de Habeas corpus impetrado em favor de Adilson Rodrigues contra decisão do Juízo do 1º Juizado da 1ª Vara das Execuções Criminais da Comarca de Porto Alegre, que indeferiu o pedido de concessão de prisão domiciliar ao paciente.

Adilson foi condenado à pena total de 14 anos de reclusão, tendo iniciado o seu cumprimento em 26/12/2015, no regime fechado.

O impetrante sustenta que o paciente foi acometido de doença grave, qual seja, tuberculose, ressaltando a necessidade de que lhe seja concedida a prisão domiciliar humanitária. Destaca que o paciente se encontra no grupo de risco em face da pandemia da Covid-19, sendo cabível a prisão domiciliar com base na recomendação nº 62 do CNJ.

Consta dos autos que o paciente foi condenado à pena de 14 anos de reclusão, em regime inicial fechado, mais 10 dias-multa, pela prática do delito previsto no art. 159, § 1º, do Código Penal.

A defesa do paciente requereu o juízo de execuções a concessão de prisão domiciliar, contudo o pleito foi indeferido. Impetrou, ainda, *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, o qual indeferiu o pedido sumário.

No presente *habeas corpus*, alega a ocorrência de constrangimento ilegal ao argumento de que *Em virtude da pandemia instalada no mundo em decorrência do COVID-19 (coronavírus), o Paciente está no grupo de risco, tendo em vista a Recomendação nº 62/2020 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a Constituição Federal e a Lei de Execução Penal, que fundamentam o presente pedido.*

Destaca, também, que, *ainda que o sujeito tenha se “curado” da tuberculose, o bacilo de Koch que é o agente patógeno causador da infecção, permanece no seu organismo, podendo ter recidivas sempre e quando seu sistema imunológico vier a estar enfraquecido.*

Requer a concessão da ordem constitucional para que seja concedida a prisão domiciliar com monitoramento eletrônico.

É o relatório.

DECIDO.

A teor do disposto no enunciado da Súmula 691 do Supremo Tribunal Federal, não se admite a utilização de *habeas corpus* contra decisão que indeferiu a liminar em *writ* impetrado no Tribunal *a quo*, sob pena de indevida supressão de instância.

A despeito de tal óbice processual, tem-se entendido que, em casos excepcionais, quando evidenciada a presença de decisão teratológica ou desprovida de fundamentação, é possível a mitigação do referido enunciado.

O Tribunal *a quo* indeferiu a liminar nos seguintes termos (fls. 380-382):

A autoridade apontada como coatora indeferiu, por ora, o pedido do paciente, nos seguintes termos:

Diante do teor da petição defensiva, requirite-se imediatamente à direção do estabelecimento prisional no qual se encontra recolhido o apenado, informações acerca do seu estado de saúde, bem como seja providenciado atendimento médico adequado.

Caso sua saúde esteja comprometida por qualquer motivo, circunstância a ser apurada por meio de laudo médico, autorizo, desde já, a remoção do apenado ao Hospital Vila Nova ou a outro Hospital da rede pública, se aquele não tiver condições de realizar o tratamento determinado.

Requisito, outrossim, a remessa de laudo médico circunstanciado sobre o estado de saúde do preso, o procedimento adotado e o prognóstico de evolução da doença para fins de acompanhamento judicial.

Ressalta-se que o laudo deverá ser legível, nos termos do art. 11 do Código de Ética Médica.

Dessa forma, a par da remessa do laudo original, redigido pelo médico responsável, o documento também deverá ser digitado pela casa prisional ou Superintendência, já que muitos laudos enviados a esta VEC são incompreensíveis.

Prazo: 05 dias.

Quanto ao pedido de prisão domiciliar humanitária, sob a alegação da pandemia referente ao vírus COVID19 - coronavírus, este Juízo analisou a concessão do benefício aos presos em grupos de risco, nos termos do pedido de providências nº 8000317- 96.2020.8.21.0001. Assim, indefiro por ora o pleito defensivo.

Saliento, outrossim, que foi solicitado por este Juízo e encaminhado pelas casas prisionais a listagem dos presos em grupo de risco.

Não verifico qualquer ilegalidade flagrante na decisão impugnada, havendo destacar que o Magistrado da Execução Penal está atento ao caso do paciente, acompanhando-o de perto, tanto assim que determinou a imediata realização de avaliação médica, tomando, assim, as devidas providências para a hipótese dos autos.

Ademais, nada veio aos autos a demonstrar o atual estado de saúde do paciente, havendo ressaltar que devido à excepcionalidade da prisão domiciliar humanitária é necessário que venha cabalmente demonstrado nos autos a real incapacidade do preso de permanecer no presídio ou a incapacidade do sistema prisional de possibilitar o tratamento médico necessário.

Não há perder de vista que se trata de apenado condenado por crime grave, considerado hediondo, praticado com violência e grave ameaça, tendo sido fixado o regime fechado para o início do cumprimento de sua pena, e que tem elevado saldo de pena a cumprir.

Inexiste, portanto, constrangimento ilegal na segregação do paciente em regime fechado.

Conforme se observa, o Tribunal de origem negou o pedido liminar entendendo que *nada veio aos autos a demonstrar o atual estado de saúde do paciente, havendo ressaltar que devido à excepcionalidade da prisão domiciliar humanitária é necessário que venha cabalmente demonstrado nos autos a real incapacidade do preso de permanecer no presídio ou a incapacidade do sistema prisional de possibilitar o tratamento médico necessário*. Destacou, ainda, que *Não há perder de vista que se trata de apenado condenado por crime grave, considerado hediondo, praticado com violência e grave ameaça*.

Quanto ao ponto, cumpre ponderar que a crise mundial do Covid-19 trouxe já uma realidade diferenciada de preocupação com a saúde em nosso país e faz ver como ainda de maior risco o aprisionamento - a concentração excessiva, a dificuldade de higiene e as deficiências de alimentação naturais ao sistemas prisional, acarretam seu enquadramento como pessoas em condição de risco.

O Judiciário brasileiro permanece atuando, mas com redução de audiências e suspensão dos prazos, assim prolongando a conclusão dos feitos, daí gerando também maior risco pela demora das prisões cautelares.

Nesse momento, configurada a dificuldade de rápida solução ao mérito do processo e o gravíssimo risco à saúde, o balanceamento dos riscos sociais frente ao cidadão acusado merece diferenciada compreensão, para restringir a prisão cautelar. Apenas **crimes com violência**, praticados por agentes reincidentes ou claramente incapazes de permitir o regular desenvolvimento do processo, poderão justificar o aprisionamento. Crimes eventuais e sem violência, mesmo com justificada motivação legal, não permitem a geração do grave risco à saúde pela prisão.

Esse é o sentido da Recomendação n. 62/2020 do CNJ, arts. 1º e 5º:

Art. 1º Recomendar aos Tribunais e magistrados a adoção de medidas

preventivas à propagação da infecção pelo novo coronavírus – Covid-19 no âmbito dos estabelecimentos do sistema prisional e do sistema socioeducativo.

Parágrafo único. As recomendações têm como finalidades específicas:

I – a proteção da vida e da saúde das pessoas privadas de liberdade, dos magistrados, e de todos os servidores e agentes públicos que integram o sistema de justiça penal, prisional e socioeducativo, sobretudo daqueles que integram o **grupo de risco, tais como idosos, gestantes e pessoas com doenças crônicas, imunossupressoras, respiratórias e outras comorbidades preexistentes que possam conduzir a um agravamento do estado geral de saúde a partir do contágio, com especial atenção para diabetes, tuberculose, doenças renais, HIV e coinfeções;**

II – redução dos fatores de propagação do vírus, pela adoção de medidas sanitárias, redução de aglomerações nas unidades judiciárias, prisionais e socioeducativas, e restrição às interações físicas na realização de atos processuais; e

III – garantia da continuidade da prestação jurisdicional, observando-se os direitos e garantias individuais e o devido processo legal.

[...]

Art. 5º Recomendar aos magistrados com competência sobre a **execução penal** que, com vistas à redução dos riscos epidemiológicos e em observância ao contexto local de disseminação do vírus, considerem as seguintes medidas:

I – concessão de saída antecipada dos regimes fechado e semiaberto, nos termos das diretrizes fixadas pela Súmula Vinculante no 56 do Supremo Tribunal Federal, sobretudo em relação às:

a) mulheres gestantes, lactantes, mães ou pessoas responsáveis por criança de até 12 anos ou por pessoa com deficiência, assim como idosos, indígenas, pessoas com deficiência e demais pessoas presas que se enquadrem no grupo de risco;

b) pessoas presas em estabelecimentos penais com ocupação superior à capacidade, que não disponham de equipe de saúde lotada no estabelecimento, sob ordem de interdição, com medidas cautelares determinadas por órgão de sistema de jurisdição internacional, ou que disponham de instalações que favoreçam a propagação do novo coronavírus;

II – alinhamento do cronograma de saídas temporárias ao plano de contingência previsto no artigo 9º da presente Recomendação, avaliando eventual necessidade de prorrogação do prazo de retorno ou adiamento do benefício, assegurado, no último caso, o reagendamento da saída temporária após o término do período de restrição sanitária;

III – concessão de prisão domiciliar em relação a todos as pessoas presas em cumprimento de pena em regime aberto e semiaberto, mediante condições a serem definidas pelo Juiz da execução;

IV – colocação em prisão domiciliar de pessoa presa com diagnóstico suspeito ou confirmado de Covid-19, mediante relatório da equipe de saúde, na ausência de espaço de isolamento adequado no estabelecimento penal;

V – suspensão temporária do dever de apresentação regular em juízo das

Superior Tribunal de Justiça

pessoas em cumprimento de pena no regime aberto, prisão domiciliar, penas restritivas de direitos, suspensão da execução da pena (sursis) e livramento condicional, pelo prazo de noventa dias;

Parágrafo único. Em caso de adiamento da concessão do benefício da saída temporária, o ato deverá ser comunicado com máxima antecedência a presos e seus familiares, sendo-lhes informado, assim que possível, a data reagendada para o usufruto, considerando as orientações das autoridades sanitárias relativas aos riscos epidemiológicos e em observância ao contexto local de disseminação do novo coronavírus.

In casu, o paciente foi condenado à pena de 14 anos de reclusão, em regime inicial fechado, mais 10 dias-multa, pela prática do delito previsto no art. 159, § 1º, do Código Penal, ou seja, delito praticado com violência, não se enquadrando, portanto, na recomendação n. 62/2020 do CNJ.

Não se vislumbra, portanto, possibilidade de mitigação da Súmula 691/STF.

Ante o exposto, indefiro liminarmente o *habeas corpus*.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 02 de abril de 2020.

MINISTRO NEFI CORDEIRO
Relator